

A MISÉRIA IMPOSTA E O (IM)POSTO DA MISÉRIA: DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS - MARANHÃO

Suenne Camylle Carliminda

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Vanderson Viana Rodrigues

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Francisco Neto de Sousa Silva

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Resumo: O estudo analisa as dinâmicas socioterritoriais de Urbano Santos (MA), destacando as contradições entre a expansão do agronegócio e os baixos indicadores sociais. Aborda os impactos das monoculturas sobre a agricultura familiar, a concentração fundiária e os conflitos sociais, evidenciando a omissão do poder público. Fundamentado na Geografia Crítica, utiliza metodologia qualitativa com apoio de dados quantitativos para compreender essas transformações e desigualdades.

Palavras-chave: Conflitos socioterritoriais, Agronegócio, Desigualdade socioespacial.

IMPOSED MISERY AND THE (MIS)TAX OF MISERY: SOCIO- TERRITORIAL DYNAMICS IN THE MUNICIPALITY OF URBANO SANTOS – MARANHÃO

Abstract: The study analyzes the socio-territorial dynamics of Urbano Santos (MA), highlighting the contradictions between the expansion of agribusiness and low social indicators. It addresses the impacts of monocultures on family farming, land concentration, and social conflicts, while evidencing the omission of public authorities. Grounded in Critical Geography, it adopts a qualitative methodology supported by quantitative data to understand these transformations and inequalities.

Keywords: Socio-territorial conflicts, Agribusiness, Socio-spatial inequality.

1. Introdução

As transformações recentes no espaço agrário brasileiro têm sido marcadas pela intensificação do agronegócio, sobretudo em áreas de expansão da fronteira agrícola, como a região do MATOPIBA (acrônimo com as siglas dos estados que compõe uma zona de produção agrícola na área do Cerrado brasileiro), onde esse processo tem promovido mudanças significativas na organização do território, redefinindo usos da terra, relações de trabalho e dinâmicas socioeconômicas, frequentemente acompanhado pelo agravamento de desigualdades sociais e ambientais (Oliveira, 2022).

No estado do Maranhão, o município de Urbano Santos insere-se nesse contexto como um espaço que evidencia tais contradições que, historicamente foi estruturado a partir da agricultura familiar, o município passou a vivenciar a expansão de monoculturas de soja e eucalipto, resultando em transformações territoriais que impactam diretamente as

suennecamylle2109@gmail.com, vanderson2016rodrigues@gmail.com, francisconwto@gmail.com

comunidades locais, intensificando a concentração fundiária, a degradação ambiental e os conflitos socioterritoriais.

Diante desse cenário, a problemática que orienta o presente estudo consiste em compreender de que forma a expansão do agronegócio em Urbano Santos (MA) tem contribuído para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, pressionando comunidades tradicionais e evidenciando a omissão do poder público na mediação dos conflitos e na garantia de direitos básicos.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as dinâmicas socioterritoriais do município, identificando os impactos da expansão das monoculturas, os agentes envolvidos nesse processo, bem como a relação entre as transformações territoriais e os indicadores socioeconômicos, com ênfase na atuação estatal.

2. Material e Métodos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com suporte em dados quantitativos para análise socioeconômica e dos indicadores sociais utilizados pelos órgãos do estado brasileiro. O percurso metodológico fundamenta-se na Geografia Crítica, permitindo compreender o espaço como produto das relações sociais e de poder tendo em vista que “importa para o geógrafo crítico a explicação concreta dos “aspectos geográficos” do real e não uma luta intestina da Geografia” (Morais; Costa, 1984, p. 45).

Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica e documental, com base em produções acadêmicas, legislações e dados institucionais; análise de indicadores socioeconômicos, como IDH, PIB e dados relativos à educação e saúde; e, quando viável, trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas realizadas junto a agricultores familiares, moradores locais e representantes do poder público ou presidentes de sindicatos.

Além disso, prevê-se a utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para elaboração de mapas e análise espacial, bem como a interpretação crítica dos dados, buscando evidenciar as relações entre produção do espaço, conflitos socioterritoriais e atuação estatal.

3. Resultados/ Referencial Teórico

A análise dos dados, articulada ao referencial teórico, evidencia que o espaço geográfico deve ser compreendido como produto social, resultante de relações históricas, políticas e econômicas (Lefebvre, 2006). Nesse sentido, a expansão do agronegócio em Urbano Santos não se configura como um processo neutro, mas como expressão da lógica capitalista de produção do espaço, que prioriza a acumulação de capital em detrimento das necessidades sociais.

A modernização agrícola brasileira, conforme destaca Delgado (2012), consolidou a hegemonia do capital agroexportador, intensificando a concentração fundiária e a exclusão social. Essa dinâmica está associada ao processo de acumulação por espoliação, caracterizado pela expropriação de comunidades e pela mercantilização da natureza (Harvey, 2011).

Como destacado por Oliveira (2022), a geografia agrária do MATOPIBA exemplifica a dinâmica, onde o capital apropria-se de terras tradicionais via acumulação por espoliação (Harvey, 2004), reconfigurando territórios e gerando desterritorializações, conforme Porto-Gonçalves (2006) sobre territorialidade.

Neste sentido, Martins (1996) destaca a elasticidade da fronteira, com as idas e voltas tensionadas por poder econômico, político e territorial, haja vista os processos da territorialização do capital (Porto-Gonçalves, 2003), que gera hibridismos moderno-tradicional (Santos, 1996).

No contexto da fronteira agrícola do MATOPIBA, Urbano Santos integra uma região de intensa reconfiguração territorial, marcada pela financeirização da terra e pela homogeneização produtiva (Girardi; Fernandes, 2018). Tal processo reforça os conflitos socioterritoriais, evidenciando a coexistência de diferentes projetos de território: o território do capital e o território vivido (Santos, 2000).

Além disso, a atuação do Estado revela-se insuficiente para garantir equidade social, reforçando desigualdades estruturais (Sen, 2000; Souza, 2009). A ausência de políticas públicas eficazes contribui para a perpetuação da pobreza e da exclusão, especialmente em áreas rurais.

4. Discussão

O processo de expansão do agronegócio em Urbano Santos provoca diversas transformações na paisagem natural do município, especialmente por meio do desmatamento de babaquais e da derrubada de espécies nativas e frutíferas do município. A substituição da vegetação tradicional por extensas áreas destinadas às monoculturas de soja e eucalipto compromete não apenas a biodiversidade local, mas também atividades historicamente vinculadas à agricultura familiar e ao extrativismo. Essas dinâmicas evidenciam a apropriação dos recursos naturais pelo capital agroexportador, promovendo alterações significativas nas relações entre sociedade e natureza e contribuem para os processos de degradação ambiental.

Associado a esse cenário, observa-se o aumento dos conflitos socioterritoriais no município que são impulsionados pela concentração fundiária e pela pressão exercida sobre comunidades rurais e pequenos agricultores. Nesse contexto, práticas relacionadas à grilagem de terras tornam-se recorrentes, favorecendo a apropriação irregular de áreas tradicionalmente ocupadas por populações locais, onde esses conflitos acabam expressando a disputa entre diferentes formas de uso e concepção do território, nas quais os interesses econômicos do agronegócio frequentemente se sobrepõem aos direitos territoriais e às formas tradicionais de ocupação e produção do espaço.

Outro aspecto relevante refere-se à intensificação do uso de agrotóxicos nas áreas de monocultura, resultando em impactos ambientais e sociais que afetam diretamente as comunidades e a população. A pulverização de defensivos agrícolas contribui para a contaminação do solo, da água e da produção agrícola de subsistência, além de representar riscos à saúde da população local, a ausência de fiscalização efetiva e de medidas de proteção ambiental contribuem e evidenciam a fragilidade da atuação estatal diante dos impactos produzidos pelo avanço do agronegócio, ampliando as condições de vulnerabilidade socioambiental no município.

A expansão do agronegócio em Urbano Santos não promove desenvolvimento social equitativo, mas aprofunda desigualdades e intensifica conflitos territoriais, onde a sobreposição de interesses econômicos sobre as territorialidades tradicionais evidencia a imposição de um modelo de desenvolvimento excludente, baseado na exploração dos recursos naturais e na marginalização de comunidades locais. Nesse cenário, o território emerge como espaço de disputa, no qual se confrontam diferentes racionalidades: de um

suennecamylle2109@gmail.com, vanderson2016rodrigues@gmail.com, francisconwto@gmail.com

lado, a lógica do capital, orientada pela produtividade e pelo lucro; de outro, os modos de vida locais, baseados na agricultura familiar e em relações socioculturais (Raffestin, 1993; Saquet, 2009).

A negligência do poder público agrava essas contradições, ao não implementar políticas capazes de promover inclusão social e sustentabilidade. Dessa forma, torna-se necessário repensar o modelo de desenvolvimento vigente, incorporando perspectivas que valorizem a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a participação comunitária (Leff, 2010; Veiga, 2008).

5. Conclusões

O objetivo central consistiu em analisar como a expansão da fronteira agrícola, especialmente das monoculturas de soja e eucalipto, intensifica desigualdades e conflitos territoriais, ao mesmo tempo em que evidencia a fragilidade da atuação do poder público na garantia de direitos básicos e na mediação dessas tensões.

Com o trabalho de campo, espera-se obter a resposta sobre o avanço do agronegócio em Urbano Santos o que não tem promovido desenvolvimento social equitativo, mas sim, aprofundado desigualdades, intensificado a concentração de terras e ampliado os conflitos socioterritoriais, sobretudo ao impactar negativamente a agricultura familiar e os modos de vida tradicionais.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para o debate acadêmico e social ao evidenciar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais justas, inclusivas e sustentáveis, que valorizem a agricultura familiar e promovam maior equidade territorial.

Como limitação, destaca-se a possível restrição no acesso a dados atualizados e a dificuldades operacionais, especialmente no que se refere à disponibilidade de informações institucionais.

Por fim, sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise comparativa com outros municípios inseridos na região do MATOPIBA, bem como investiguem estratégias de resistência e organização das comunidades locais frente à expansão do agronegócio, contribuindo para a construção de alternativas de desenvolvimento territorial mais equitativas.

Referências

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, agricultura familiar e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. O MATOPIBA e a expansão da fronteira agrícola no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 29, p. 52–77, 2018.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [2004].

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009 [1996].

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia critica a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária do MATOPIBA**. São Paulo: Contexto, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia: (re)pensando os territórios e as lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, São Paulo: Hucitec, 1996 [2004].

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M. A. **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.